



JORNADAS
PARLAMENTARES
**MAIS
INVESTIMENTO
E MAIS
INCLUSÃO**



PS 42 ANOS
**OPINIÃO DE
MÁRIO SOARES
E VITALINO
CANAS**

PÁGINAS 8 E 9

PÁGINAS 14 E 15

REFORÇAR A DINÂMICA DE MUDANÇA

Reforçar a dinâmica de mudança na Europa tem sido a nota dominante do conjunto de contactos que António Costa tem mantido com líderes europeus. Já no plano nacional, o secretário-geral do PS tem procurado, nas múltiplas iniciativas em que tem participado, mostrar que há uma alternativa sólida e progressista à política de empobrecimento e austeridade.

PÁGINAS 2 E 3



CLARA AZEVEDO

VENHA COMEMORAR O ANIVERSÁRIO DO PS

VIVA PORTUGAL!

Música e animação para toda a família. Participe.

PORTO - JARDINS DO PALÁCIO DE CRISTAL | 19 DE ABRIL - 13H ÀS 18H

**FESTA DA
DEMOCRACIA**

19/25

Saiba mais em www.ps.pt

QUENTE & FRIO

POR RUI SOLANO DE ALMEIDA

A escaudar COFRES CHEIO E BOLSOS VAZIOS I

Por vezes as palavras traem os pensamentos. Anunciar que o país tem os cofres cheios nas atuais circunstâncias é o mesmo que um sem-abrigo se congratular por ter a conta bancária recheada por ter conseguido um inesperado crédito bancário.

Com o euro mais barato, o preço do petróleo em queda, e com as sucessivas baixas das taxas de juros, tudo ações para as quais o Governo não contribuiu com uma palha, sendo em princípio uma boa notícia, pode contudo ter outra leitura mais terra a terra: que ter os cofres cheios com dinheiro que não nos pertence sai bastante mais caro.

Quente COFRES CHEIOS BOLSOS VAZIOS II

Os cerca de 18 mil milhões de euros que temos em depósitos a prazo junto do Banco Central Europeu (BCE) são uma gota de água em relação aos mais de 200 mil milhões de euros que o Estado português está a dever. Razão tem o Secretário-geral do PS quando reage à propaganda eleitoral da ministra das Finanças, lembrando-lhe que "se os cofres estão cheios, os portugueses, infelizmente, estão com os bolsos vazios", lamentando a catástrofe social que este Governo está a causar a milhares de famílias insistindo que os portugueses estão mal mas que o país está bem "como se o país não fossem as pessoas".

Frio AFINAL HAVIA OUTRO

Só para se ter uma ideia, que nem sequer precisa de ser muito rebuscada, de que este Governo é mesmo um erro de casting e da sua absoluta inaptidão para gerir o país, basta recordar a aselhice que se passou no concurso de professores, com as culpas a serem dirigidas de forma célere pelo ministro da tutela para os serviços, com os tribunais a paralisarem com a impulsão do Citius, e as culpas a serem assacadas aos técnicos informáticos, com a Segurança Social a ser acusada da responsabilidade por não ter notificado o primeiro-ministro para as suas dívidas e, mais recentemente, com a criação de uma lista VIP de contribuintes por cuja existência o PSD aponta o dedo ao diretor demissionário e o CDS diz ufano que o Governo nada tem a ver com isso.

Gelado PARA TRÁS COMO O CARANGUEJO

Este Governo conseguiu o prodígio de ter conseguido andar com o país muitas décadas para trás em apenas quatro anos. É obra. Os números, tal como o algodão, não enganam: a produção de riqueza está hoje ao nível de 2003; a população que atualmente tem emprego é igual à de 1996, com o desemprego hoje a chegar aos 14,1%, cerca de 800 mil desempregados; o investimento caiu para níveis semelhantes aos de há três décadas e a taxa do risco de pobreza atingiu, com as políticas neoliberais deste Governo, quase 20% da população.

Como tem acentuado por diversas vezes António Costa, Portugal recuou 10 anos na riqueza produzida, 20 anos no emprego, 30 anos no investimento e 40 anos na emigração. Palavras para quê? Este Governo é de (maus) artistas portugueses.

REFORÇAR A DINÂMICA DE MUDANÇA

Reforçar a dinâmica de mudança na Europa tem sido a nota dominante do conjunto de contactos que António Costa tem mantido com líderes europeus. Já no plano nacional, o secretário-geral do PS tem procurado, nas múltiplas iniciativas em que tem participado, mostrar que há uma alternativa sólida e progressista à política de empobrecimento e austeridade.

O SECRETÁRIO-GERAL do PS defendeu no dia 26, em Paris, a necessidade de "reforçar no Conselho Europeu a presença de governos que apoiem uma dinâmica de mudança" contra a austeridade, que permita "retomar políticas de crescimento, de criação de emprego e de redução da pobreza".

António Costa falava à saída do Palácio do Eliseu, onde foi recebido pelo Presidente francês, François Hollande, ocasião que aproveitou também para destacar a importância da confiança e da credibilidade na política.

"Considero que o princípio da confiança e da credibilidade é o valor mais importante que pode existir na política e entendo que, no processo em construção de um programa de Governo é preciso avaliar as condições de execução desse programa, designadamente ao nível europeu", disse, acrescentando que todos os contactos que tem mantido com líderes europeus serão usados para garantir que as medidas prometidas por um futuro Executivo socialista em Portugal possam ser executadas.

Na sua qualidade de presidente da Câmara de Lisboa, António Costa participou também em Paris num encontro de autarcas da União Europeia sobre alterações climáticas, onde defendeu que "o maior desafio para a humanidade neste século é fazer face ao risco de mudanças climáticas e esse desafio ganhamos ou perdemos nas cidades".

Nesse sentido, afirmou que a capital portuguesa está empenhada em contribuir para

este "combate global" através de "soluções locais".

Dinâmica anti-austeridade

Já no dia 25 o secretário-geral do PS deslocou-se à capital italiana onde foi recebido de manhã pelo Papa Francisco e ao princípio da tarde pelo primeiro-ministro italiano, Matteo Renzi. No Vaticano, António Costa, na sua qualidade de presidente da Câmara de Lisboa, ofereceu ao Papa Francisco uma caravela em filigrana, um dos símbolos da epopeia dos Descobrimentos portugueses, aproveitando a circunstância para o convidar a visitar o Museu Municipal Antoniano de Lisboa, aquando da sua visita a Fátima, em 2017.

O Secretário-geral do PS, António Costa, encontrou-se depois no Palácio Chigi, sede do Governo italiano, com Matteo Renzi.

Falando à saída da reunião, António Costa afirmou que existe "uma total convergência" com o chefe do Governo italiano quanto à necessidade de uma "dinâmica anti-austeridade" na Europa, mostrando-se confiante quanto a mudanças políticas em breve em Portugal e em Espanha.

Matteo Renzi e António Costa, que estiveram reunidos mais de duas horas, falaram sobre o "plano Juncker", manifestaram acordo quanto à importância de uma nova leitura do Tratado Orçamental da União Europeia e analisaram a "nova linha" de atuação do Banco Central Europeu (BCE).

Portugueses estão de bolsos vazios

Entretanto, à chegada a Bru-

xelas, no dia 19, para a reunião do Partido Socialista Europeu (PSE), preparatória do Conselho Europeu, António Costa reagiu às declarações infelizes da ministra das Finanças, lembrando-lhe que se "os cofres do país estão cheios, os portugueses infelizmente estão com os bolsos vazios".

Na reunião de líderes do PSE onde foram abordados temas como o plano de investimento europeu e a união energética, António Costa reafirmou a importância do chamado "Plano Juncker", alertando ser esta uma das vias para que Portugal possa dispor de maior capacidade de investimento e impulsionar o crescimento económico.

Costa quer maioria absoluta

No plano nacional, António Costa tem participado em múltiplas iniciativas em vários pontos do país.

No dia 29, com casa cheia no Teatro Rivoli do Porto, o líder do PS reafirmou que quer a maioria absoluta para não estar dependente de coligações à medida e ao gosto de Cavaco Silva, recusando prosseguir políticas que fracassaram.

Segundo frisou António Costa, o PS não pretende prosseguir políticas alheias ao seu programa e muito menos insistir nas políticas "falhadas de outros", garantindo que "a sua missão é fazer aquilo que os portugueses desejam"

Décadas perdidas

Durante a visita que efetuou no dia 23 a uma exploração agrícola no concelho de Beja, no Alentejo, António Costa disse aos jornalistas que "o



PRÉSIDENCE DE LA RÉPUBLIQUE - FRANÇA

funda reforma" na floresta, uma riqueza que terá de ser "colocada ao serviço do crescimento do país".

Cortes sociais atingiram a dignidade humana

Num jantar comemorativo do 40º aniversário da fundação da Secção de Loures do PS, no dia 18, António Costa acusou o Governo de ter andado com o país duas décadas para trás em matéria de pobreza. Portugal não pode voltar aos primórdios do cavaquismo, quando se olhava para as pessoas com "desprezo e insensibilidade".

António Costa disse que o limite dos limites à austeridade e a todos os cortes sociais têm que encaixar nas metas aceitáveis da "dignidade das pessoas" e os cortes que atingiram um terço das crianças, atirando-as para a pobreza, já estão muito para além dos "limites aceitáveis da dignidade humana", e de uma "sociedade decente".

Negociar a dívida da Madeira

No dia 16, o Secretário-geral do PS deslocou-se à Madeira, onde participou no primeiro dia de campanha oficial para as eleições legislativas daquela região autónoma.

Na ocasião, António Costa defendeu uma redução das taxas de juro do empréstimo que Lisboa concedeu à Madeira, apelando à rápida revisão do programa de ajustamento celebrado com a região. ■

primeiro-ministro está cheio de autossatisfação", mas "não é esse contentamento que os portugueses têm perante a realidade do país".

"Quando há 2,7 milhões de portugueses a viver abaixo do limiar de pobreza, um desemprego acima dos 13% e um recuo na capacidade de investimento, ninguém pode satisfazer-se com a situação do país, nem orgulhar-se de "cofres cheios", defendeu. Alertando que "ninguém pode ser indiferente à situação em que estamos", o secretário-geral socialista apontou para um sem-fim de décadas perdidas em matéria de riqueza produzida, emprego, investimento e emigração.

Reformar a floresta

Já no dia 21, mais a norte, em Terras de Bouro, na zona do Gerês, e com a atenção voltada agora para a floresta, o Secretário-geral do PS defendeu a necessidade de uma "pro-

assinalou o Dia Mundial da Água com uma deslocação à região do Alqueva, à Amieira Marina, projeto de turismo náutico instalado no concelho de Portel, junto da albufeira.

António Costa elogiou o projeto do Alqueva, obra de um governo socialista, enaltecendo o seu "potencial transformador" para o progresso e desenvolvimento da região. Trata-se, como salientou, de um excelente exemplo do que pode e deve representar um investimento público de qualidade.

Um excelente investimento público

Um excelente investimento público

O secretário-geral do PS



Há duas falácias que os nossos adversários políticos repetem à saciedade: "o PS não tem propostas" e "os sacrifícios impostos aos portugueses já estão a dar frutos". Embora a realidade contrarie esta narrativa da direita, há sempre quem se deixe iludir. Mas não é por muito se repetir uma mentira que ela passa a ser verdade.

Registamos com agrado que toda a gente se interessa pelas propostas do PS e ninguém pelas dos partidos da maioria. É um bom sinal. Significa que os portugueses estão fartos do atual governo, rejeitam a mera hipótese de futuro com eles e olham para o PS como única alternativa.

O PS já apresentou várias propostas, noticiadas pelo "Acção Socialista Digital", algumas das quais reproduzidas nesta edição, como as que resultaram do Encontro nacional de autarcas, das Jornadas Parlamentares e das conferências sobre qualificações e emigração e muitas outras que visam a recuperação económica e social, a estabilização dos rendimentos das famílias, o combate à pobreza, a reabilitação urbana, a transparência na vida política, a melhoria dos serviços públicos. Para não fazer promessas que não possa cumprir e porque os problemas estruturais exigem um diagnóstico rigoroso e apurado estudo, o Secretário-geral, António Costa, definiu oportunamente as diferentes etapas do processo de elaboração do programa do PS e respetivo calendário. Logo no Congresso, divulgou a Agenda para a Década. Entretanto, convidou um grupo de reputados economistas para prepararem um estudo macroeconómico e encarregou o Gabinete de Estudos de elaborar o programa eleitoral que será conhecido no dia 6 junho. É um trabalho sério e participado. Feito com as pessoas e para as pessoas.

Os resultados dos sacrifícios a que os portugueses foram sujeitos estão de facto à vista. E, ao contrário do que o governo apregoa, os "frutos" não prestam. Nestes quatro anos, Portugal recuou décadas em áreas fundamentais. A política de austeridade não resolveu nenhum problema, agravou os existentes e gerou novos problemas. O país está hoje menos competitivo, tem uma dívida pública mais elevada (130% do PIB), mais desemprego e mais desigualdades.

Por radicalismo ideológico e incompetência, o governo desmontou o Estado Social, encerrou os serviços públicos de proximidade, cortou cegamente no Serviço Nacional de Saúde, na Educação e na Ciência. Os cortes sociais atingiram os limites da dignidade humana. Os sacrifícios foram portanto inúteis. O país está mais pobre, mas o governo diz que tem os "cofres cheios". Quando existem 2,7 milhões de pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza, uma taxa de desemprego acima dos 14% e uma carga fiscal brutal, congratular-se por ter os cofres cheios revela uma enorme insensibilidade social. Os cofres podem estar cheios, mas é de dinheiro emprestado que custa caro aos bolsos cada vez mais vazios dos contribuintes.

O governo é o problema, mas quer fazer crer que ainda pode ser a solução. Por isso não olha a meios para se manter no poder. E como tem meios e não tem princípios, todo o cuidado é pouco.

Votos de feliz Páscoa. ■

WWW.CANALABERTO.PT

MANTENHA-SE EM CONTACTO COM ANTONIO COSTA E COM O PS.

Tenha um canal aberto connosco. Deixe aqui os seus dados e seja um dos primeiros a saber as novidades sobre o nosso projeto para o País. Conheça o nosso Programa do Governo e participe na sua elaboração, dando as suas opiniões. Receba ainda comunicações diretas de António Costa, candidato do PS a Primeiro-ministro.

Dê força a quem quer mais para Portugal.

Nome Apelido Data de Nascimento

Código Postal Email

Telemóvel *Facultativo

enviar

Autizo o tratamento dos meus dados pessoais acima identificados, pelo Partido Socialista, no âmbito dos seus afazeres. Foi lido o Lei n.º 47/96, de 24 de outubro, os dados pessoais em causa serão tratados exclusivamente pelo Partido Socialista não podendo ser transmitidos ou comunicados a terceiros sob quaisquer circunstâncias sem o meu consentimento. Foi informado que me é garantido o direito de acesso, retificação e eliminação dos meus dados pessoais, através do formulário de contacto.

PROGRAMA PARTICIPATIVO DE GOVERNO

ANTÓNIO COSTA

Dê voz às suas ideias



ENCONTRO NACIONAL DE AUTARCAS

ANTÓNIO COSTA APRESENTA UMA NOVA VISÃO DO TERRITÓRIO

Uma loja do cidadão em cada concelho e um programa nacional de reabilitação urbana foram dois dos compromissos para uma nova visão do território avançados pelo secretário-geral do PS, António Costa.

J. C. CASTELO BRANCO

NUMA intervenção no final do encontro nacional subordinado ao tema “Valorizar o território – descentralizar e aproximar”, que decorreu no Centro Nacional de Exposições, em Santarém, o líder do PS acusou o Governo de Passos e Portas de abandonar as populações, em especial do interior, e falou das propostas do PS na área do poder local centradas na valorização do território e dos recursos naturais. “O Governo encerrou serviços e abandonou as populações. Isso aconteceu na justiça, como

aconteceu na educação e como aconteceu na saúde” acusou António Costa. Depois de defender que “o que temos de fazer é ter melhor atendimento com menos custos”, o secretário-geral do PS asseverou que deste encontro resulta o compromisso eleitoral de criar uma loja do cidadão em cada concelho, no âmbito do compromisso socialista em promover serviços públicos de qualidade mais perto dos cidadãos. “Outro compromisso que afirmo é que todos os julgamentos

que dizem respeito à população de um dado concelho sejam realizados nesse mesmo concelho”, acrescentou. No seu discurso, interrompido várias vezes pelos aplausos da plateia, António Costa elencou ainda algumas das muitas propostas resultantes do encontro e que constarão do programa eleitoral do PS: a criação de uma Unidade de Missão de Valorização do Interior a funcionar junto do Gabinete do primeiro-ministro, a democratização das CCDR com a eleição dos seus órgãos executivos

pelos autarcas, a legitimação popular das Áreas Metropolitanas, uma maior participação das autarquias na despesa pública fazendo convergir com a média da União Europeia e um Programa de Reabilitação Urbana financiado por uma mobilização parcial do Fundo da Segurança Social e orientado para a eficiência energética e para um programa de habitação a rendas acessíveis à classe média. Por outro lado, o secretário-geral do PS falou da sua experiência como autarca, que conside-

rou uma mais-valia. “Ser autarca fará de mim melhor governante do que fui antes de ser autarca”, disse, adiantando que “ser autarca é ser escrutinado todos os dias na rua pelos cidadãos e não apenas de quatro em quatro anos.” Realçando que não receia, antes pelo contrário, comparações da sua ação executiva como autarca e a do Governo, António Costa afirmou: “Eu reduzi a dívida que herdei em 40% e o Governo aumentou a dívida em 18%.” ■

MEDIDAS APRESENTADAS

Do encontro de Santarém saiu um conjunto de compromissos do PS com o objetivo de potenciar o desenvolvimento do território e geri-lo de forma mais eficaz, no âmbito de uma política de descentralização e de serviços públicos de qualidade mais perto dos cidadãos.

- 1. Reduzir o IVA da restauração, passando para a taxa intermédia de 13%, em vez de 23%**
Uma medida que visa, entre outros aspetos, garantir a competitividade fiscal do destino Portugal, no âmbito de uma política de atratividade do território
- 2. Criar uma unidade de missão para a valorização do interior na dependência direta do primeiro-ministro**
Esta unidade de missão terá como responsabilidade criar um programa nacional para a coesão territorial e o desenvolvimento dos territórios do interior, bem como acompanhar a implementação do respetivo programa.
- 3. Criar um programa nacional de habitação de renda acessível**
Criar um programa de habitação de renda acessível, através da mobilização de fundos da segurança social para a aquisição e reabilitação urbana de fogos devolutos tendo em vista a criação de uma bolsa de fogos no mercado que permita assegurar o direito à habitação para a classe média.
- 4. Criar um verdadeiro Programa Nacional de Requalificação Urbana**
Lançar e concretizar um programa nacional de requalificação urbana eficaz como instrumento de repovoamento dos centros históricos das cidades, vilas e sedes de concelho. A aposta na requalificação urbana é essencial como instrumento dinamizador não só do território como da economia.
- 5. Criar uma loja de cidadão em cada concelho**
Abrir novas lojas de cidadão, balcões multisserviços, unidades móveis de proximidade e promover a utilização assistida de serviços eletrónicos. Até ao final da legislatura deve existir uma loja de cidadão em cada concelho.
- 6. Realizar nas sedes de concelho os julgamentos que respeitam aos cidadãos desse concelho**
A realização de julgamentos deve alargar-se a todas as sedes de concelho, ainda que em espaços públicos pré-existentes adaptados para o efeito.
- 7. Descentralizar e Democratizar as CCDR**
As CCDR devem ser democratizadas, passando o órgão executivo a ser eleito por um colégio eleitoral formado pelos membros das Câmaras e Assembleias Municipais (incluindo os Presidentes de Junta de Freguesia) da área.
Além disso, as CCDR devem asusmir a coordenação regional das políticas públicas e integrar os serviços desconcentrados do Estado em matéria de políticas de desenvolvimento regional.
- 8. As autarquias devem participam na receita pública ao nível da média da União Europeia**
Até 2024, nos cinquenta anos do 25 de abril, a participação dos municípios nas receitas do Estado deve estar ao nível da média da União Europeia.
- 9. Corrigir os erros da extinção de freguesias a regra e esquadro**
Avaliar a reorganização territorial das freguesias, estabelecendo critérios objetivos que permitam às próprias autarquias aferir os resultados da fusão/agregação e corrigir os casos mal resolvidos. ■

DESCENTRALIZAR FAZ SENTIDO

FERNANDO MEDINA



“ Uma dimensão importante das reformas institucionais que temos de realizar diz respeito à descentralização administrativa. Há que reforçar a eficácia das políticas públicas com mais proximidade democrática

Os portugueses anseiam por melhores condições de vida e sentem-se cada vez mais distantes em relação ao poder. Este sentimento explica-se em grande medida pelo mau desempenho económico da governação e pelo sentimento de profunda injustiça social que lhe está associado. Mas não podemos ignorar que, além de mudança de política económica e social, os portugueses exigem mudanças institucionais que lhes tragam outros meios de escrutínio e participação. Aliás, sem boas instituições democráticas dificilmente teremos boas políticas e boas performances económicas. Uma dimensão importante das reformas institucionais que temos de realizar diz respeito à descentralização administrativa. Há que reforçar a eficácia das políticas públicas com mais proximidade democrática. Desse ponto de vista a experiência recente da Câmara Municipal de Lisboa pode constituir um exemplo inspirador.

A legislação de novembro de 2012, que aprova a nova organização administrativa de Lisboa, abriu caminho à maior operação de descentralização administrativa que tivemos desde 1976.

Os órgãos municipais deliberaram, com base num consenso político alargado, e enviaram uma proposta à Assembleia da República, que por sua vez respeitou integralmente a autonomia do poder local e o sentido da iniciativa que lhe havia sido submetida.

Depois das eleições de 2013, a Câmara dialogou várias vezes com cada uma das juntas de freguesia e com os representantes dos trabalhadores, e deu-se execução à reforma administrativa.

Estamos a falar de 1280 espaços verdes, 1500 quilómetros de passeios, 100 equipamentos desportivos, 90 escolas, 70 jardins de infância, 7 equipamentos culturais, 28 mercados e feiras que passaram a ser diretamente geridos pelas juntas de Freguesia de Lisboa. Desde a assinatura em março de 2014 dos autos de transferência, transitaram do município para as juntas 1270 trabalhadores, mais de 700 equipamentos e 350 hectares de espaços verdes.

É hoje unânime que se tratou de uma mudança para melhor. Trata-se agora de trazer este método de diálogo político e esta dinâmica reformista para o centro da ação governativa nacional. É preciso alargar esse processo de descentralização a outras dimensões críticas: as instâncias territoriais intermédias e supramunicipais, como as CCDR e as Juntas Metropolitanas, carecem de uma maior legitimidade democrática para poderem exercer de forma eficaz novas competências; e as grandes Câmaras Municipais, como Lisboa, ao mesmo tempo que delegam funções nas freguesias, devem receber em contrapartida um novo reforço de competências.

Que sentido faz a Área Metropolitana de Lisboa não participar na política de transportes ou na captação de investimentos? Que sentido faz um Município como Lisboa não ter qualquer participação na gestão dos transportes públicos, na administração portuária, nas receitas fiscais do turismo ou no policiamento do trânsito? Nenhum sentido. Justamente: também em matéria de descentralização, precisamos de uma política que faça sentido. ■

AGENDA PARA A DÉCADA

Uma visão estratégica para o país deve necessariamente tirar partido da sua diversidade territorial.





GABINETE DE ESTUDOS PREPARA PROGRAMA ELEITORAL

Preparar o programa eleitoral, que será apresentado a 6 de junho, é o objetivo do Gabinete de Estudos do PS, que tem como coordenador o camarada João Tiago Silveira

J. C. C. B.

O GABINETE DE ESTUDOS, que está a funcionar em pleno na sede nacional, pretende elaborar um programa eleitoral responsável, com medidas calendarizadas e impactos estimados; participativo, aproveitando as propostas de cidadãos; e em linguagem clara, procurando explicar e identificar de forma acessível as diferenças em relação ao PSD e CDS.

Para além da preparação do programa eleitoral do PS, O Gabinete de Estudos tem ainda outras competências, como estudar temas relevantes para a definição das propostas do PS, promover a elaboração de estudos científicos necessários à definição das posições e propostas do PS, e realizar debates, reuniões e conferências para que a decisão política do PS seja informada.

“O Gabinete de Estudos vai preparar o programa eleitoral do PS, que terá como preocupação central informar e ajudar as pessoas a perceber a diferença entre a proposta dos socialistas e aquilo que tem sido a governação PSD/CDS”, sublinha João Tiago Silveira, adiantando que nunca como hoje foram tão evidentes as diferenças entre o projeto do PS e o dos partidos da maioria.

“O Governo PSD/CDS apostou num modelo de baixos salários para aumentar a competitividade do país, mas falhou na competitividade e no equilíbrio das contas públicas, enquanto o PS aposta em ir à raiz dos problemas, à qualificação das pessoas e ao aproveitamento dos recursos, tendo em vista fazer crescer a economia e ao mesmo tempo equilibrar as contas públicas”.

O Gabinete de Estudos conta com a colaboração de personalidades independentes, nomeadamente as que participaram no LIPP, organismo criado pela anterior direção do nosso partido.

Assim como em algumas áreas selecionadas será colocada à votação várias alternativas que se enquadrem nos princípios do PS para que os cidadãos possam escolher a que preferem. As alternativas mais votadas serão depois incluídas no documento. “A ideia é utilizar os novos instrumentos de participação política e de abertura do PS à sociedade”, explicou João Tiago Silveira. “Queremos diálogo com a sociedade civil e queremos reestabelecer esses canais de comunicação para fazer propostas melhores”, disse ainda. ■

PROGRAMA PARTICIPATIVO DO PS
ENVIE-NOS AS SUAS PROPOSTAS
www.gabinetedestudos.ps.pt

GABINETE DE ESTUDOS **COMPOSIÇÃO**

Estes são os nomes dos membros da direção executiva e do painel de conselheiros do Gabinete de Estudos, quadros especializados, académicos e investigadores.

DIRETOR



JOÃO TIAGO SILVEIRA

Mestre em Direito Público e docente na Faculdade de Direito de Lisboa, é também advogado especialista em Direito Administrativo e membro da direção do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da mesma Faculdade e da International Association of Legislation.

Desempenhou vários altos cargos públicos, entre os quais os de secretário de Estado da Justiça, secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e diretor do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça.

É membro da Comissão Nacional do Partido Socialista, tendo iniciado a sua militância na Juventude Socialista há mais de vinte anos.

VOGAIS



ÂNGELA CARVALHO FERREIRA

Licenciada em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, especialista em urbanismo, pós-graduada em Direito das Autarquias Locais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Atualmente é chefe de Divisão da Educação da Câmara Municipal de Lisboa.

Desempenhou diversos cargos públicos, entre os quais adjunta do subsecretário de Estado da Administração Interna, assessora do diretor de Departamento de Urbanismo, diretora de Projeto do Plano Diretor Municipal e chefe da Divisão de Planeamento Municipal, Ordenamento do Território e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Loures.



EURICO BRILHANTE DIAS

Doutorado em Ciências Empresariais. Professor do ISCTE-IUL (ISCTE Business School). Diretor da Licenciatura de Gestão do ISCTE e coordenador do Mestrado Executivo em Gestão com especialização em Negócios Internacionais. É igualmente coordenador da Pós-Graduação em Logística & Segurança para os sectores do Petróleo e Gás (uma parceria do ISCTE-IUL/ENIDH).

Foi administrador executivo da AICEP Portugal Global e administrador executivo da AICEP Global Parques, perito na Comissão 'Portugal Logístico', coordenador da equipa que recebeu o Prémio ESRI 2009 (Projecto Global Find).

É membro da Comissão Política do PS e militante do PS e da JS desde 1995.



FILIPA MARQUES JÚNIOR

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2000). European Master's Degree in Human Rights and Democratization (2002). Advogada na Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados, desenvolvendo atualmente a sua atividade na área do contencioso civil, criminal e contra-ordenacional e compliance. Lecionou Prática Jurídica Interdisciplinar na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, de 2008 a 2009. Lecionou na Pós-Graduação em Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, de 2004 a 2009. Foi Consultora do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, de 2000 a 2001.



FRANCISCO ANDRÉ

Advogado. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Foi conselheiro na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia de 2009 até final de 2013 e chefe do gabinete do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do XVII Governo Constitucional.

É representante do PS em alguns órgãos do Partido Socialista Europeu (PES) e na Internacional Socialista.



HUGO MENDES

Licenciado em Sociologia pelo ISCTE, tendo feito estudos doutorais, também em Sociologia, na Universidade de Warwick, no Reino Unido. Atualmente frequenta a pós-graduação em Direito Fiscal no Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal, da Faculdade de Direito de Lisboa. É, desde 2011, assessor do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República, na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, e investigador do CESNOVA, da Universidade Nova de Lisboa. É membro do Conselho de Redação do "Acção Socialista". Foi assessor da ministra da Educação do XVII Governo Constitucional, entre 2006 e 2009, e assessor do secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro no XVIII Governo Constitucional, entre 2009 e 2011. Assina regularmente artigos de opinião no "Diário Económico". É militante do Partido Socialista.



JOÃO SEQUEIRA

Jurista, quadro superior da Anacom. É licenciado em Direito (variante ciências jurídico-políticas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Pós-graduação em Direito do Ordenamento do Território, Ambiente e Urbanismo pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Pós-Graduação em Cidade, Território e Requalificação, pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Curso de Alta Direção em Administração Pública, pelo Instituto Nacional de Administração. Diploma de Estudos Avançados de Terceiro Ciclo em Políticas Públicas, pelo ISCTE-IUL. Doutorando em Políticas Públicas, no ISCTE-IUL. É membro da Comissão Política Nacional do PS.



LUÍS GOES PINHEIRO

Licenciado em Direito e pós-graduado em Direito Penal Económico e Europeu pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. É secretário-geral da Câmara dos Solicitadores e advogado (com inscrição suspensa). Desempenhou diversos cargos públicos, tendo sido, no Ministério da Justiça, presidente do Conselho Diretivo do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, diretor-adjunto do Gabinete de Auditoria e Modernização e consultor no Gabinete de Política Legislativa e Planeamento. Foi ainda chefe do Gabinete da secretária de Estado da Modernização Administrativa (XVIII Governo Constitucional) e adjunto do secretário de Estado da Justiça (XVII Governo Constitucional). Representou Portugal junto de diversas organizações europeias e internacionais: Conselho da União Europeia, Comissão Europeia e ONU.



MARIANA VIEIRA DA SILVA

É socióloga e está a desenvolver o seu doutoramento em Políticas Públicas, no ISCTE-IUL. Investigadora no CIES-IUL, desenvolvendo o seu trabalho nas áreas do Estado-Providência, as política de saúde e de educação, sendo autora de diferentes artigos nestas áreas. Leciona unidades curriculares de Análise e Desenho de Políticas Públicas e Avaliação e Gestão de Políticas Públicas no ISCTE-IUL. Foi assessora da ministra da Educação e adjunta do secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro.



TIAGO ANTUNES

Licenciado e doutorando em Direito. É, desde 2001, docente universitário na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde tem lecionado diversas disciplinas de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito da União Europeia e Direito do Ambiente. É investigador do Centro de Investigação de Direito Público e foi Associate Research Fellow do Centre for International Sustainable Development Law, da McGill University. A sua principal área de investigação é o Direito do Ambiente, com diversas obras publicadas. Foi adjunto e chefe de gabinete do secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro nos XVII e XVIII Governos Constitucionais, respetivamente. Tiago Antunes é independente.

CONSELHEIROS

■ ANA MARIA BETTENCOURT

■ ANTÓNIO VITORINO

■ AUGUSTO SANTOS SILVA

■ ANTÓNIO CORREIA DE CAMPOS

■ GUSTAVO CARDOSO

■ HELENA ANDRÉ

■ HELENA FREITAS

■ JOÃO CRAVINHO

■ PAULO PEDROSO

■ FRANCISCO SEIXAS DA COSTA

UM PROGRAMA COM MAIS COMPROMISSO PARTICIPAÇÃO E CLAREZA

JOÃO TIAGO SILVEIRA



“ O programa do PS terá três novidades para assumirmos um maior grau de compromisso com os cidadãos, aumentarmos a sua participação na construção das nossas propostas e sermos mais claros na apresentação das políticas e medidas

O Gabinete de Estudos do PS foi constituído no passado mês de janeiro e está já a preparar o programa eleitoral. Este é um programa especialmente exigente. O desencanto e a desconfiança dos cidadãos em resultado da crise económica e financeira deixaram feridas que afetaram a sociedade e a política. As pessoas exigem hoje mais dos políticos e dos partidos e temos de saber estar à altura dessas expectativas. A recente realização das primárias para a escolha do candidato a primeiro-ministro foi um momento de grande mobilização e esperança, concretizado com a participação de milhares de simpatizantes, que deve continuar a ser valorizado pelo PS. É esse caminho de abertura à participação da sociedade que temos de continuar a prosseguir, agora na preparação do nosso próximo programa eleitoral.

O programa do PS terá três novidades para assumirmos um maior grau de compromisso com os cidadãos, aumentarmos a sua participação na construção das nossas propostas e sermos mais claros na apresentação das políticas e medidas.

Mais responsabilidade e compromisso significam mais escrutínio e avaliação dos cidadãos relativamente às nossas propostas, ou seja, mais transparência e melhor democracia. Por isso, em primeiro lugar, as medidas concretas a incluir no programa do PS serão calendarizadas e os impactos e resultados esperados das políticas que propusermos serão publicamente assumidos.

Em segundo lugar, vamos lançar as bases de um programa eleitoral participativo, seguindo os bons exemplos dos orçamentos participativos de vários municípios. Os cidadãos serão incentivados a apresentar propostas concretas e, depois, nalgumas áreas selecionadas, colocaremos à votação várias alternativas que se enquadrem nos princípios do PS, para que os cidadãos possam escolher e votar propostas a incluir no programa.

Finalmente, um programa eleitoral tem de poder ser compreendido pelo cidadão. Por isso, vamos identificar, em linguagem clara e acessível, quais as diferenças entre as nossas propostas e as políticas que o PSD/CDS concretizou no Governo.

O PS e os partidos socialistas europeus têm estado sempre na linha da frente em matéria de criação e construção de mecanismos inovadores e progressistas de abertura e ligação à sociedade. Vamos agora dar três novos passos com o nosso próximo programa eleitoral às eleições legislativas. Criado este espaço de participação cabe a todos os militantes participar e trazer mais simpatizantes à construção de uma alternativa política protagonizada pelo PS. É também por aqui que se ganha a confiança dos cidadãos e se luta contra os caminhos do populismo. ■



JORGE FERREIRA

JORNADAS PARLAMENTARES

UMA ECONOMIA MAIS COMPETITIVA E UM ESTADO MAIS JUSTO E SOLIDÁRIO

A ideia de que Portugal precisa de uma mudança que rompa com a atual política de empobrecimento e aposte numa economia mais competitiva e no reforço da proteção social marcou a intervenção de António Costa no encerramento das Jornadas Parlamentares do PS, em Gaia.

J. C. CASTELO BRANCO

NUM DISCURSO onde arrastou alguns dos aspetos mais negativos do "radicalismo e dogmatismo ideológicos" do atual Governo pela receita da austeridade expansiva, o secretário-geral do PS defendeu que Portugal deve negociar com a União Europeia um novo programa de impulso à convergência, por ocasião dos 30 anos da adesão do país à Comunidade Económica Europeia (CEE). António Costa voltou a insistir na tecla que o caminho para Portugal deve assentar em políticas que promovam mais competitividade e inovação, mais emprego qualificado e mais coesão social e

territorial. Depois de lembrar que o Governo "fracassou nos seus objetivos de criar um novo modelo económico" no país e "falhou" metas que apontara como prioritárias no plano financeiro, designadamente o controlo da dívida, o secretário-geral do PS traçou também um quadro negro sobre a atual situação social. "O esforço que o país fez na redução da pobreza, em particular com o complemento solidário para idosos, tinha permitido a Portugal fazer um percurso significativo de redução da pobreza - um objetivo de qualquer sociedade decente. Nestes quatro anos,

porém, não só não avançamos neste objetivo de erradicação da pobreza, não só não consolidámos o que tínhamos conseguido, e até andámos dez anos para trás", disse. Por outro lado, António Costa reiterou as suas críticas à forma como o Governo está a utilizar os fundos comunitários, numa altura em que o país necessita de investimento, e defendeu que a utilização plena do programa "Garantia Jovem" permitiria recapitalizar as empresas, combater o desemprego juvenil, sobretudo o mais qualificado, e introduzir inovação para aumento da competitividade da nossa economia. ■

MAIS INVESTIMENTO E MAIS INCLUSÃO

Nestas Jornadas Parlamentares, que decorreram em Gaia sob o lema "Crescer com as pessoas: mais investimento e mais inclusão", o PS saiu reforçado como o maior referencial de confiança dos portugueses na alternativa política aos partidos da atual maioria de direita governamental. Destas Jornadas saiu a ideia de que o Governo com a sua receita de "austeridade expansiva" não tornou o país mais competitivo, não fez crescer a economia, não reduziu a dívida pública e não diminuiu o desemprego. O Governo empobreceu o país, desmantelou o Estado Social e confundiu reforma do Estado com encerramento e esvaziamento dos serviços públicos de proximidade. Por isso, concluíram os deputados socialistas, "Portugal precisa de um novo horizonte de esperança assente em políticas que invertam a atual dinâmica de empobrecimento e que reforce a proteção social, no quadro de uma economia mais competitiva e de um Estado mais justo e solidário".



JORGE FERREIRA

CRESCER COM AS PESSOAS

O reforço da coesão social, o investimento no futuro, a recuperação e modernização da economia foram os temas dominantes que marcaram um debate profícuo nas Jornadas Parlamentares do PS, em Gaia.

O PRIMEIRO PAINEL, subordinado ao tema "Valorizar as pessoas: reforçar a coesão social e investir no futuro", serviu de palco a um conjunto de intervenções centradas na proteção social e na aposta na educação como respostas necessárias a um aumento drástico da pobreza e ao retrocesso nas políticas sociais, o resultado devastador que a ação do

atual Governo trouxe nos últimos 4 anos às condições de vida dos portugueses.

Segundo painel

O reforço da competitividade económica e o relançar de uma economia de escala nacional e internacional marcou o debate do segundo painel das jornadas subordinado ao tema "Investir: recuperar e modernizar a economia.

Oportunidades no quadro europeu". Uma agenda europeia capaz de reintegrar o investimento, o plano estratégico nacional Portugal 2020, a mobilização dos recursos nacionais, os pilares para o crescimento, o acesso ao financiamento e a aposta em plataformas estratégicas, como a ferrovia, o mar e as redes energéticas, foram os tópicos abordados. ■

COSTA QUER ERRADICAR POBREZA INFANTIL E JUVENIL

António Costa anunciou no discurso de encerramento das Jornadas Parlamentares que, se o PS for Governo, será lançado um novo programa para a erradicação da pobreza infantil e juvenil, que considerou ser "a mais dramática de todas as pobreza".

J. C. CASTELO BRANCO

O SECRETÁRIO-GERAL do PS lembrou que o segmento da sociedade onde a pobreza mais tem aumentado é entre crianças e jovens até 18 anos, onde 31% desta população está em risco de pobreza, num total de 570 mil, considerando que "a pobreza infantil e juvenil é a mais dramática de todas as pobreza, porque nos promete para amanhã não uma sociedade mais justa e mais igualitária, mas a reprodução de uma nova geração de pobreza e um retrocesso duradouro no país".

Para combater este flagelo social que é uma das grandes prioridades da Agenda para a Década, António Costa adiantou que, se os socialistas formarem Governo após as eleições legislativas, terão agora de fazer para as crianças e jovens aquilo que, no passado, se fez em 2005 para os mais idosos, com o complemento solidário.

"Temos de fazer isso com uma iniciativa centrada na erradicação da pobreza infantil e juvenil - essa é uma prioridade que te-

mos de assumir para o próximo ciclo governativo", reiterou. No seu discurso, o líder socialista António Costa salientou o caráter de injustiça social, nomeadamente ao nível da igualdade de oportunidades, que está à pobreza de crianças e de jovens. "Não podemos cortar à partida, quando se é criança ou jovem, a oportunidade que todo o ser humano tem de possuir de realizar plenamente o seu potencial de desenvolvimento, de acordo com a sua capacidade, esforço, empenho e dedicação", disse. ■

CRESCER COM AS PESSOAS E PARA AS PESSOAS

EDUARDO FERRO RODRIGUES



“ O Governo está centrado em ações propagandísticas de uma realidade utópica, muito longe daquela em que vivem os portugueses

O contacto com a realidade local e o cenário traçado pelos oradores que convidámos para as Jornadas Parlamentares do Partido Socialista confirmaram, uma vez mais, as consequências nefastas das políticas prosseguidas pela maioria PSD/CDS-PP nos últimos quatro anos para Portugal e para os portugueses. Uma deriva ideológica liberal, adversa ao Estado, ao poder público, aos direitos sociais e à inclusão social

Assistimos ao enfraquecimento da classe média, a um ataque aos reformados e funcionários públicos, ao corte de prestações sociais de solidariedade, à imposição da maior carga fiscal de sempre e à degradação do nosso tecido empresarial e produtivo, o que conduziu a um preocupante aumento do risco de pobreza, para níveis similares aos do início deste século. Um retrocesso de décadas. 350 mil portugueses abandonaram Portugal desde 2011, 133 mil dos quais jovens, impedidos de rentabilizar no nosso país o que uma geração investiu na sua qualificação.

O Governo está centrado em ações propagandísticas de uma realidade utópica, muito longe daquela em que vivem os portugueses. O Governo falhou. Subsiste apenas amparado num ilusório milagre económico que demonstra a falácia das políticas que prosseguiu. Cabe ao Partido Socialista contrariar o contraciclo de desinvestimento, desencorajamento e empobrecimento que vivemos, assumindo um compromisso com os portugueses em torno de políticas de crescimento que não descurem a dimensão social. Não basta crescer. É preciso crescer com as pessoas, e para as pessoas.

Foi essa a nossa conduta parlamentar nos últimos cinco meses, refletida em 253 perguntas e requerimentos endereçados ao Governo, 34 propostas de alteração ao Orçamento do Estado para 2015 (todas chumbadas pela maioria) e 76 iniciativas legislativas, destacando-se o aumento dos montantes do abono de família, a reposição dos passes escolares, o reforço da proteção aos desempregados mais pobres, a manutenção da cláusula de salvaguarda do IMI, a suspensão das penhoras e vendas executivas de imóveis por dívidas fiscais e a criação de um regime de crédito à habitação para deficientes.

O Partido Socialista irá continuar a pugnar pela sustentabilidade das nossas famílias e pela capacidade produtiva do país, com vista ao reforço e à valorização da proteção social, do Serviço Nacional de Saúde, do trabalho e das qualificações, do território e dos recursos naturais e do nosso tecido económico.

O Partido Socialista reforçou-se nas Jornadas Parlamentares. Somos a alternativa que dá prioridade às políticas públicas e aos modelos de governação capazes de transformar os constrangimentos em oportunidades. Seremos geradores de um futuro melhor para Portugal e para os portugueses. ■

ESTE MÊS FOI NOTÍCIA



DEMISSÕES E MORTES NAS URGÊNCIAS



O ministro Paulo Macedo foi questionado, no dia 12, na Comissão Parlamentar de Saúde, pela deputada socialista Luísa Salgueiro sobre os resultados dos inquéritos abertos aos casos de mortes nas urgências hospitalares.

Depois do ministro da Saúde ter depois de várias insistências finalmente revelado que, em média, estes inquéritos demoram entre seis e 18 meses, Luísa Salgueiro criticou a demora e concluiu que as "marcas" de Paulo Macedo "até ao momento são as sucessivas demissões, mortes nas urgências, tempos de espera exagerados".

MÉDICOS E ENFERMEIROS EM EXAUSTÃO



Mas os casos graves na saúde multiplicam-se. Um estudo divulgado no dia 12 refere que cerca de 30% dos médicos e enfermeiros que trabalham em unidades de cuidados intensivos e paliativos estão em "exaustão". Neste estudo foram analisados profissionais de nove unidades de cuidados paliativos e dez de unidades de cuidados intensivos.

SANGRIA DE QUADROS BLOQUEIA EMISSÃO DE CARTAS

A política de sangria de quadros, a desmotivação dos trabalhadores e o não aproveitamento do programa de simplificação de procedimentos administrativos (Simplex) estão na origem dos atrasos na emissão e renovação de cartas de condução que em alguns casos chegam a demorar mais de um ano. E são já 280 mil as cartas por emitir ou renovar.

OCDE CONFIRMA DESACELERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) confirma a desaceleração da melhoria da atividade económica em Portugal, segundo os indicadores compostos avançados no dia 9 por esta instituição.

O indicador mensal para Portugal voltou a recuar duas centésimas em janeiro, face a dezembro, para 101,27 pontos, acima do nível 100 que marca a média de longo prazo e acima da média dos países da zona euro, que progrediu 11 centésimas para 100,7 pontos.

O indicador mensal da OCDE é mais um dado, a juntar a ou-



tros, que demonstra a falência da política económica prosseguida pelo atual Governo. Um Executivo que em lugar da reestruturação do nosso tecido económico, optou por um violento empobrecimento do país.

VAI E NÃO VOLTES

"Este programa do Governo chama-se VEM mas aquilo que diz aos portugueses é 'vai e não voltas'", afirmou o secretário nacional do PS Porfírio Silva, numa reação ao programa de apoio aos emigrantes do Executivo de Passos Coelho, anunciado com pompa e circunstância. O PS diz-se "perplexo", porque, conforme lembra Porfírio Silva, este é o primeiro-ministro que "mandou os portugueses emigrar e desde que este Governo entrou em funções já emigraram cerca de 400 mil portugueses, o que representa um regresso do país aos anos 60 e 70 do século passado.



400 MIL

Número de portugueses que forçados a sair do país para procurar emprego no estrangeiro pelo atual Governo

HERBERTO HELDER

O secretário-geral, António Costa, e o Partido Socialista manifestaram no dia 24 o seu profundo pesar pela imensa perda para a Cultura portuguesa que representa a morte do poeta Herberto Helder.

Herberto é - porque a sua obra perdurará - um dos nossos maiores poetas de sempre, um príncipe das Letras de Portugal, cujo contributo ao longo das últimas décadas constitui um património de grande riqueza e densidade para a Língua e para a Cultura portuguesas. A leitura e o conhecimento da sua obra será, certamente, a melhor ho-



menagem que os portugueses lhe poderão prestar, no silêncio e recato que Herberto Helder sempre tanto prezou, avesso que sempre se mostrou à exposição e às honrarias públicas. À sua família e aos seus amigos, o secretário-geral, António Costa, e o PS apresentam as mais sentidas condolências.

GOVERNO É INCAPAZ DE APROVEITAR PLANO JUNCKER

O PS, pela voz do seu dirigente Fernando Medina, acusou o atual Governo de ser "absolutamente incapaz" de aproveitar as "novas oportunidades de mudança" que a União Europeia está a abrir ao país, considerando que o Plano Juncker de investimentos representa tudo o que o Executivo de direita "sempre negou". Para Fernando Medina, o atual Governo "revela uma ausência de fundo" no que respeita a "um programa concreto de investimento sólido e estruturado dirigido à superação dos bloqueios nacionais".

PS GARANTE REGRESSO DOS APOIOS AOS IDOSOS

Entre as medidas de apoio e de solidariedade social que o PS garante que vai restabelecer quando chegar ao Governo, está o Complemento Solidário para Idosos (CSI), uma das mais importantes bandeiras políticas dos governos socialistas que poderão abranger perto de 40 mil pessoas idosas.

Restabelecer as regras do CSI com a mesma matriz criada em 2005 no Governo socialista é um dos objetivos prioritários do próximo Executivo de António Costa.

GOVERNO DESQUALIFICA EDUCAÇÃO PÚBLICA

O Partido Socialista acusou no dia 19 o Governo de desqualificar as políticas públicas de educação, rotulando-o de incompetente.

O deputado socialista Acácio Pinto afirmou, durante um debate de urgência no Parlamento sobre políticas públicas de educação e de qualificação dos portugueses, que "nas quatro décadas que levamos de democracia, nunca um Governo esteve tão afastado, como o atual, de um alargado consenso em torno das políticas" de educação.

PS QUER MANTER GESTÃO DA EGF NA ESFERA PÚBLICA

Contra a opção do Governo de privatizar a Empresa Geral do Fomento (EGF), sub-holding do Grupo Águas de Portugal que gere o sector dos resíduos sólidos urbanos através de 11 empresas em todo o país, o Partido Socialista levou no dia 20 a debate no Parlamento 12 pedidos de apreciação parlamentar sobre o processo de privatização que atribui a gestão e explora-

ção de resíduos a empresas de capitais exclusiva ou maioritariamente privados.

CÂMARA DE LISBOA REIVINDICA GESTÃO DA CARRIS E METRO

A Câmara Municipal de Lisboa (CML) quer voltar a assumir a gestão da rede de transportes públicos urbanos, defendendo que o Governo não tem competência para concessionar o que não pertence ao Est Resíduos sólidos.

PS QUER REDUZIR COIMAS

O Partido Socialista apresentou um projeto de lei que propõe um regime sancionatório mais equitativo nos casos de não pagamento de portagens em infraestruturas rodoviárias.

A iniciativa legislativa "pretende moderar e equilibrar o quadro sancionatório atual, tornando-o mais equitativo, sem prejuízo da eficácia inerente ao sistema de cobrança em vigor", lê-se no documento.

SOCIALISTAS INSISTEM EM SUSPENSÃO DE PENHORAS

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista levou à discussão, na Assembleia da República um projeto de lei que visa suspender temporariamente as penhoras e a venda de imóveis por dívidas ao fisco.

O principal objetivo desta iniciativa socialista, que teve como primeiro subscritor o líder parlamentar do PS, Eduardo Ferro Rodrigues, é travar as ordens de penhora caso o imóvel a executar pela administração fiscal seja a única habitação do agregado familiar em causa, com um valor patrimonial até 200 mil euros, e desde que haja um membro do agregado familiar desempregado.

ANTÓNIO COSTA NÃO GOVERNA COMO PASSOS E PORTAS

António Costa não pensa como Passos e Portas e não governa como Passos e Portas. A experiência em Lisboa demonstra-o de forma clara e contundente. António Costa mostrou que o investimento nas pessoas e no território não é incompatível com contas equilibradas. Um exemplo de determinação, eficácia, competência e visão estratégica ao serviço do bem comum.

COMECEMOS pela dívida. Depois de toda a austeridade que o Governo impôs, a dívida do país não parou de subir: mais 25.000 milhões de euros, ou seja, mais 12% do que em 2011. No mesmo período a dívida do município de Lisboa caiu 38%. E desde que a direita saiu da Câmara, a dívida já diminuiu 422 milhões de euros. Este ano, Lisboa reduziu a despesa e adequou as tarifas de saneamento e resíduos urbanos às recomendações da entidade reguladora e à legislação aprovada pela Assembleia da República.

Ao mesmo tempo, António Costa conseguiu que Lisboa continue a ser o município da Área Metropolitana com impostos mais baixos. Entre 2011 e 2015 a coleta de IMI no país irá subir 40% porque foram essas as decisões do Governo. Em Lisboa, no mesmo período, a coleta de IMI irá descer 1%. Entre 2011 e 2015, a coleta de IRS no país sobe 34%, em resultado do "brutal aumento de impostos". Mas para a Câmara de Lisboa, a receita de IRS desce 53%, porque, mais uma vez, António Costa decidiu compensar os cidadãos da sobrecarga fiscal a que o Governo os sujeitou.

Em Lisboa regista-se também uma forte redução da dívida a fornecedores. Era de 400 milhões de euros em 2005, com o PSD e o CDS. Baixou para 109 milhões em 2009, e está desde 2014 nos 6 milhões de euros. O prazo médio de pagamento estava nos 324 dias quase um ano! no final do mandato da direita; passou para 100 dias em 2009, e está agora nos 7 dias. O objetivo para 2015 será o pronto pagamento. Isto significa mais liquidez na economia da cidade, mais emprego e melhores condições contratuais para o município. Ao longo dos seus mandatos, António Costa teve sempre como preocupação o equilíbrio das contas da cidade. Mas entendeu sempre o rigor orçamental como um libertador de recursos para investir e melhorar a vida das pessoas e não como um fim em si mesmo.

Recebeu como herança uma Câmara endividada e uma cidade paralisada por processos ju-

diciais. Hoje em dia, o Parque Mayer, o Casino, a Mouraria, a Bragaparcques ou a EPUL já não são sinónimos de problemas. António Costa resolveu esses processos, trouxe de volta a Lisboa a Mouraria e o Parque Mayer, mas deu também a Lisboa uma visão estratégica e solidária que soube implementar com sucesso.

Lisboa é hoje uma cidade mais amigável. Só no último mandato foram requalificados os bairros da Bica e de Carnide e vários bairros municipais. A Mouraria é hoje um exemplo de reabilitação urbana e a Duque de Ávila uma nova referência a replicar. Há

Lisboa é hoje uma cidade com mais oportunidades para os mais novos. Uma cidade que aposta nas novas gerações: com as dezenas de intervenções em escolas do programa Escola Nova, com a rede de transporte escolar, com o acesso de cada vez mais crianças às aulas de nataçã o e com as 60 novas creches a preços acessíveis do programa BaBa.

Lisboa é hoje uma cidade que aposta na reabilitação urbana. Lisboa passou do paradigma da construção para o paradigma da reabilitação, que beneficia de um ambicioso programa de incenti-

sustentável. O corredor verde Gonçalo Ribeiro Telles foi concluído. Existem mais 47 km de ciclovias e novos bairros com velocidade limitada a 30 km hora – as chamadas zonas 30 –, além de 159 postos e 512 tomadas de carregamento para promover a mobilidade elétrica.

Mais participação e descentralização

Lisboa é hoje uma cidade mais participada, mais transparente e mais descentralizada: dezenas de milhares de lisboetas envolvem-se anualmente no orçamento participativo. Só nos

passaram a ser diretamente geridos pelas juntas de Freguesia de Lisboa.

Uma praça em cada bairro

E porque com António Costa e a sua equipa Lisboa avança em todos os domínios e não pode parar, o ano de 2015 começou já com medidas para defender os peões da ocupação da via pública com obras e com ações de fiscalização para punir os municípios que depositam lixo em locais indevidos.

Em 2015 estarão em curso vários projetos e investimentos es-

INVESTIMENTO NÃO É INCOMPATÍVEL COM CONTAS EQUILIBRADAS

António Costa provou em Lisboa, que é possível conciliar investimento com equilíbrio das contas da cidade. Lisboa avançou em vários domínios. E em 2015 estão já em curso vários projetos e investimentos estruturantes.



PEDRO DA SILVA

dezenas de novos jardins, miradouros, quiosques e esplanadas. O Terreiro do Paço foi renovado e a obra da Ribeira das Naus foi concluída.

Uma cidade mais solidária

Lisboa é hoje uma cidade mais solidária. As pessoas mais carenciadas foram mais apoiadas. No último mandato, por exemplo, registaram-se 2500 ações de apoio presencial à população idosa. As crianças tiveram acesso a 27 mil refeições gratuitas por dia. Foram ainda fornecidas, todos os meses, 70 mil refeições a pessoas carenciadas. A Câmara aprofundou soluções de habitação social para os mais carenciados e criou Subsídio Municipal ao Arrendamento e o Programa de Renda Convencionada para aqueles cujo rendimento não chega para aceder ao mercado privado.

vos fiscais: dos 480 projetos licenciados em 2012 e 2013, 90% foram para reabilitação, e quanto ao número de fogos, o peso da reabilitação é de 81% das 2.878 unidades licenciadas no mesmo período. Só nos quatro anos anteriores foram investidos 117 milhões de euros em reabilitação de espaços públicos, edifícios municipais e escolas.

Lisboa é hoje uma cidade de oportunidades para a criação de riqueza e de emprego: a Start Up Lisboa é uma rede de incubadoras de empresas de sucesso. E a aposta no turismo e na oferta cultural deu resultado. O turismo tem tido um crescimento notável desde 2009. Nos últimos cinco anos, o número de dormidas na Região de Lisboa terá crescido a um ritmo de 7,8% ao ano, a maior taxa de crescimento em todas as regiões nacionais.

Lisboa é hoje uma cidade mais

primeiros cinco anos da medida foram investidos 22 milhões de euros em iniciativas dos cidadãos. A Câmara Municipal reúne hoje em dia o seu executivo todos os meses nas Juntas para debater os problemas de cada Freguesia.

Este mandato, iniciado em 2013, seria sempre, por força da lei, o último mandato de António Costa, e portanto, seria sempre, também, um mandato de transição em Lisboa. Mas o processo de mudança iniciado por António Costa é para continuar e está, aliás, a ter continuidade desde o início deste mandato.

Em 2014 concluiu-se a reforma administrativa. É a maior operação de descentralização administrativa desde 1976. 1280 espaços verdes, 1500 quilómetros de passeios, 100 equipamentos desportivos, 90 escolas, 70 jardins-de-infância, 7 equipamentos culturais, 28 mercados e feiras

truturantes: o programa "Uma praça em cada bairro", que visa a criação pontos de encontro para a comunidade local (orçamentados 4,2 milhões de euros em 2015); a execução do Plano de Drenagem para prevenir e conter os efeitos das cheias (mais de 70 milhões de euros para a modernização da rede de saneamento até 2018); 15 milhões de euros para requalificação da habitação social e 30 milhões em apoios às crianças e jovens; e 11 milhões de euros em reabilitação do espaço público e cerca de 6 milhões na Frente Ribeirinha.

De resto, a Câmara vai continuar a investir na incubadora de empresas Start Up Lisboa, na abertura de novos equipamentos culturais, como o novo Capitólio, e na expansão da requalificação da frente ribeirinha, para melhor conciliar a crescente procura turística com a qualidade de vida dos lisboetas. ■

PORTUGAL RECUOU VÁRIAS DÉCADAS EM QUATRO ANOS

Portugal recuou uma década na produção de riqueza, duas décadas no emprego, três décadas no investimento e quase cinco décadas em matéria de emigração.

Dizer que estamos melhor que há quatro anos “é um erro”, como tem vindo a afirmar António Costa, em diversas intervenções, acrescentando que este é o retrato de quatro anos de Governo PSD/CDS.

A RIQUEZA produzida recuou a níveis de 2003, o emprego retrocedeu a valores de 1996, o investimento já não era tão reduzido como em 1989 e desde a década de 60 que não se assistia a um tão elevado número de portugueses a emigrar, procurando as oportunidades que lhes são negadas no seu país. Um país com os “cofres cheios” de dívida como se comprazem o primeiro-ministro e a ministra das Finanças, mas onde os portugueses sentem os seus bolsos vazios.

Um país empobrecido, esmagado pela carga fiscal, com menos emprego e menos proteção social. Que desinvestiu na educação e na qualificação. Um país que em quatro anos, por ação deste Governo, esqueceu o seu recurso mais valioso: os portugueses.

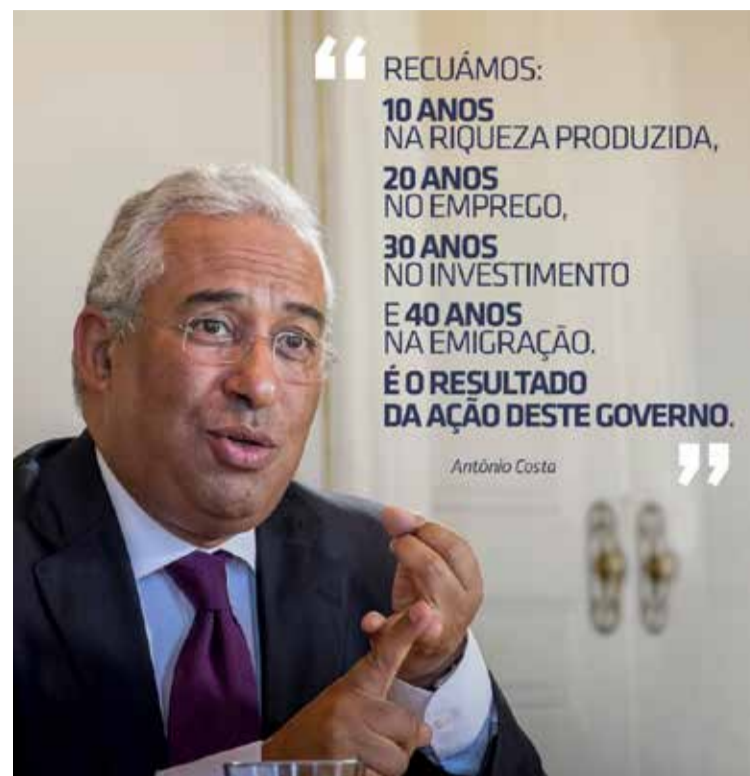
Assim, como comprovam os gráficos, na riqueza produzida pelo país num ano, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) a preços constantes, Portugal registou em 2014 (170,2 mil milhões de euros) um valor de PIB idêntico ao de 2003 (170,1 mil milhões de euros), recuando cerca de uma década na prosperidade partilhada pelos portugueses.

No emprego, o recuo é cerca de duas décadas, uma vez que o número de portugueses com um emprego é apenas um pouco superior ao valor registado em meados da década de 1990. No investimento, o valor de 2014 é comparável ao dos valores registados no final da década de 1980, momento em que Portugal iniciou um novo ciclo de investimento, fruto da adesão europeia e do acesso aos fundos estruturais.

Na emigração, os valores do último triénio fazem regressar uma

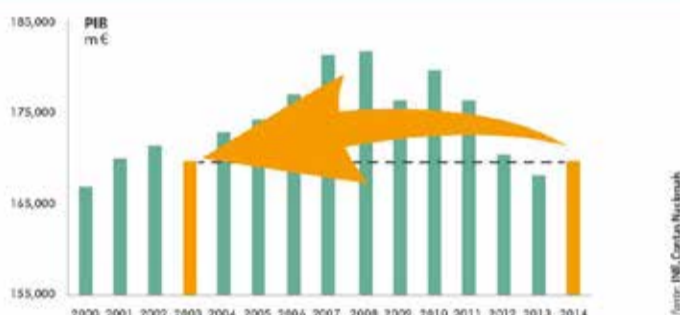
realidade que tem quatro décadas ou mais, e que era característica do período anterior do 25 de abril de 1974, quando dezo-

nas de milhares de portugueses tinham de abandonar o país para procurar emprego pela Europa e pelo mundo fora. ■



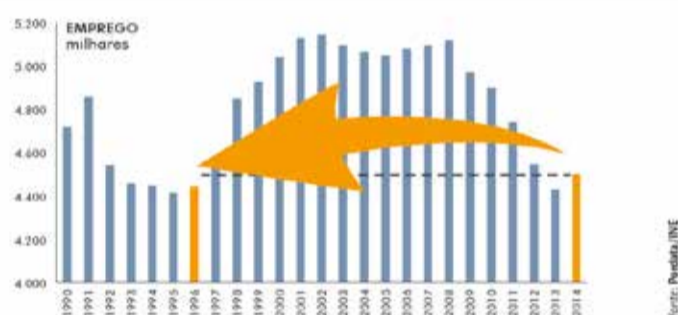
CLARA AZEVEDO

PORTUGAL RECUOU 10 ANOS NA RIQUEZA PRODUZIDA É O RESULTADO DA AÇÃO DESTA GOVERNO



Fonte: INE, Carta Nacional

PORTUGAL RECUOU 20 ANOS NO EMPREGO É O RESULTADO DA AÇÃO DESTA GOVERNO



Fonte: Pordata/INE

É URGENTE RECUPERAR A ECONOMIA E DEVOLVER A ESPERANÇA AOS PORTUGUESES.

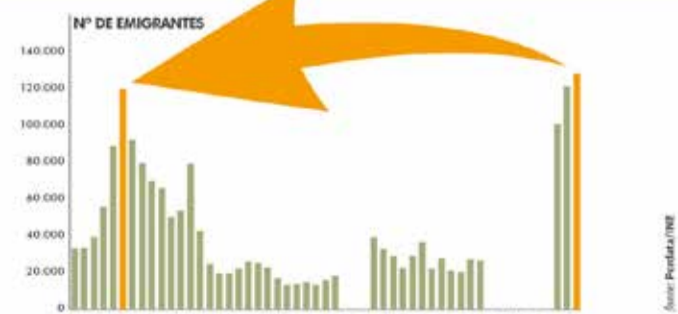
É URGENTE RECUPERAR A ECONOMIA E DEVOLVER A ESPERANÇA AOS PORTUGUESES.

PORTUGAL RECUOU 30 ANOS NO INVESTIMENTO É O RESULTADO DA AÇÃO DESTA GOVERNO



Fonte: Pordata/INE

PORTUGAL RECUOU 40 ANOS NA EMIGRAÇÃO É O RESULTADO DA AÇÃO DESTA GOVERNO



Fonte: Pordata/INE

É URGENTE RECUPERAR A ECONOMIA E DEVOLVER A ESPERANÇA AOS PORTUGUESES.

É URGENTE RECUPERAR A ECONOMIA E DEVOLVER A ESPERANÇA AOS PORTUGUESES.



JORGE FERREIRA

COMBATE À DESIGUALDADE SALARIAL

O Secretário-geral do PS, António Costa, assumiu como “grande objetivo” para os próximos anos a implementação de políticas de promoção da redução das diferenças salariais entre homens e mulheres, designadamente através de um diálogo reforçado em sede de concertação social.

FALANDO em Coimbra no debate subordinado ao tema “Diferenças salariais entre trabalhadores e trabalhadoras – Que boas práticas?”, promovido pelo PS, António Costa avançou com a ideia de, para além das licenças parentais, se instituir uma redução de horários para avós e avãs. Depois de referir que a desigualdade entre homens e mulheres é maior quando olhamos para o ganho mensal e não para o salário-base, o líder socialista apontou como prioridade da ação política a redução das diferenças salariais.

Um objetivo que pretende alcançar através da lei, mas também no âmbito de “novos equilíbrios” na concertação social, com “iniciativas positivas”, como, por exemplo, estímulos fiscais em sede de IRC às empresas que tenham boas práticas de gestão ao nível da promoção da igualdade de género.

Na sua intervenção, António Costa falou ainda nos casos BES e PT, onde nos cargos diretivos só existia uma mulher. “Eram todos homens competentíssimos e deu no que deu”, ironizou. ■

65

É o número de dias que as mulheres no nosso país precisam, em média, de trabalhar a mais por ano para receberem o mesmo salário que os homens, o que se traduz num fosso salarial da ordem dos 18% na remuneração média mensal

COMPROMISSOS PARA UM TERRITÓRIO MAIS IGUAL

Ciente de que a igualdade é um caminho sempre em construção e que exige uma atenção permanente e um esforço redobrado, o Departamento Federativo das Mulheres Socialistas da FAUL, liderado por Susana Amador, apresentou a “Carta da Igualdade”, que inclui 11 compromissos para um território mais igual.

OS 11 COMPROMISSOS

1. Elaborar, adotar e aplicar um plano municipal para a igualdade e nomear conselheiras e conselheiros locais para a igualdade;
2. Integrar a dimensão da igualdade de género nos instrumentos de regulamentação, planos e orçamentos municipais e avaliar o impacto de género nas políticas, projetos e programas desenvolvidos;
3. Adotar medidas destinadas a facilitar a conciliação entre a vida profissional, a vida pessoal e familiar;
4. Adotar programas de ação promotores de um reforço da participação das mulheres no mercado de trabalho;
5. Apoiar o setor da economia social na criação de novas estruturas de acolhimento de crianças em idade pré-escolar, seniores e pessoas com deficiência e/ou no reforço de respostas sociais já existentes;
6. Adotar políticas planos e programas ambientais e de gestão territorial que considerem a perspetiva de género, e ajustar os horários de funcionamento de equipamentos sociais e de apoio familiar;
7. Adotar políticas municipais de prevenção e combate à violência de género, incluindo violência doméstica, promovendo designadamente a criação de uma rede municipal de intervenção nesta área para reforço da proteção das vítimas;
8. Integrar a Rede de Municípios Solidários para apoio habitacional às vítimas de violência doméstica;
9. Promover uma cultura de capacitação/sensibilização em matéria de igualdade de género, cidadania e não-discriminação, com formação de dirigentes e pessoal autárquico e outros agentes locais;
10. Promover iniciativas que veiculem mensagens sobre igualdade, cidadania e não discriminação em razão do sexo;
11. Adotar uma política comunicacional não-discriminatória e promotora da igualdade, eliminando estereótipos de género. ■

LEGADO DA GOVERNAÇÃO DO PS PARA A IGUALDADE DE GÉNERO

1º MINISTRO MÁRIO SOARES

1977 Institucionaliza e estabelece a estruturação orgânica da Comissão da Condição Feminina.

1978 Alterações ao Código Civil, nomeadamente: a cada um dos cônjuges é reconhecida a liberdade de exercício de qualquer profissão ou atividade sem o consentimento do outro cônjuge.

1984 Proteção da maternidade e da paternidade. Consagra-se a possibilidade de gozo pelo pai da licença de maternidade em substituição da mãe em caso de incapacidade física ou psíquica desta.

1º MINISTRO ANTÓNIO GUTERRES

1996 Institui o Alto-Comissário para as Questões da Promoção da Igualdade e da Família.

1997 Garante o direito à igualdade de tratamento no trabalho e no emprego.

1997 Lei Constitucional que estabelece como tarefa fundamental do Estado a promoção da igualdade entre homens e mulheres

1998 Alargada a proteção à maternidade e paternidade. As mulheres trabalhadoras passam a poder usufruir de uma licença por maternidade de 120 dias, 90 dos quais necessariamente a seguir ao parto.

1999 Criado o regime geral das contraordenações laborais, designadamente sobre a proteção da maternidade e da paternidade e sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento no trabalho e no emprego.

1999 Consagrados novos direitos, designadamente o direito à licença parental e o direito do pai a uma licença de cinco dias úteis.

1999 Passa a integrar o Governo um ministro para a Igualdade.

2001 Reforça os mecanismos de fiscalização e punição de práticas laborais discriminatórias em função do sexo.

1º MINISTRO JOSÉ SÓCRATES

2005 Estabelece o regime jurídico de proteção social na maternidade, paternidade e adoção no âmbito do subsistema previdencial de segurança social.

2006 Lei da Paridade: estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos.

2006 Lei da procriação medicamente assistida

2007 5 de setembro - Reconhecido o direito ao abono de família pré-natal

2007 Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez (IGV).

2008 Lei do Divórcio.

2009 Licença de Parentalidade.

2009 Lei da Educação Sexual.

2009 Lei da Violência doméstica – prevenção da violência doméstica, proteção e assistência das suas vítimas. Foi regulamentada em 2010.

2010 Casamento entre pessoas do mesmo sexo.

2010 Aprovada a orgânica da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), reforçando as suas competências no acompanhamento e representação de vítimas de discriminação de género no trabalho e no emprego em processos administrativos e judiciais.

2011 Lei da Identidade de Género: permite a mudança de sexo e de nome próprio no registo civil.

PS: DESDE 1973, AO ENCONTRO COM A HISTÓRIA

VITALINO CANAS



“ O PS de 2015 não é o PS de 1973. O Partido metamorfoseou-se ao longo do tempo. Mudou a sua estrutura de militantes, sufragou diferentes estilos de liderança, evoluiu no seu ideário

O PS foi fundado em 19 de Abril de 1973, em Bad-Munstereifel, na República Federal da Alemanha. Sucedeu à Acção Socialista Portuguesa, fundada em 1964. Naquele momento, já muitos sabiam que o regime ditatorial português estava esgotado e a prazo, enredado nas suas contradições e quezílias internas e incapaz de resolver os problemas fundamentais, fosse nas colónias, fosse no espaço europeu. Mas os que tinham a coragem de lutar ainda não eram suficientes.

Entre uma ala liberal visível e com alguma liberdade de manobra e um Partido Comunista alerta e preparado, havia a notória lacuna do socialismo democrático. No Congresso de Bad-Munstereifel, Mário Soares e outros lideraram a linha que argumentou persuasivamente a favor do robustecimento de uma alternativa socialista, capaz de dialogar com a Europa e de assumir responsabilidades em Portugal. Não houve uma decisão unânime dos delegados ao Congresso da ASP. No PS foge-se ao unanimismo desde o seu ato fundador.

O PS caminha para quinquagenário, mas a sua História integral está por fazer. Lutou pela Democracia, antes e depois do 25 de abril. Esteve na primeira linha da rejeição da unicidade sindical no início de 1975; encheu a Fonte Luminosa, em Lisboa, em 19 de julho desse ano; liderou a construção de uma Constituição democrática na Assembleia Constituinte, em cujas eleições, em 25 de abril de 1975, foi o partido mais votado. O PS é o Partido da Constituição de 1976.

Lutou pela consolidação da democracia na eleição e reeleição de Eanes, na revisão constitucional de 1982 e na eleição de Mário Soares em 1986, contra toda a direita unida, ou na condução do processo de adesão à CEE, assinada em Junho de 1985.

O PS esteve em momentos altos da história recente de Portugal, como a adesão à União Económica e Monetária, ou a assinatura do Tratado de Lisboa, em 2007, mas também em momentos difíceis, como as negociações com os credores internacionais em 1983 e 2011 e em momentos de exigência e responsabilidade, como a votação do Tratado Orçamental em 2012. Em todos eles fez o que tinha a fazer. Sem unanimitos, certamente, mas sem que possa reecar o julgamento da História.

O PS de 2015 não é o PS de 1973. O Partido metamorfoseou-se ao longo do tempo. Mudou a sua estrutura de militantes, sufragou diferentes estilos de liderança, evoluiu no seu ideário. Deixou de ser um partido de massas à moda antiga e está a transformar-se num novo tipo de partido, aberto aos eleitores através das primárias.

Mas há algo que não muda: a sua capacidade de lutar contra o radicalismo, seja de uma direita liberal ou de uma esquerda irresponsável e de aparecer sempre como a alternativa moderada, moderna e progressista, amiga da liberdade e da democracia, aberta à inovação. Também não muda a vontade de fazer história. Talvez esteja para breve o próximo encontro com ela, quando um Governo do PS estiver na linha da frente da mudança que a Europa necessita. ■





“ O Partido Socialista representa hoje, de novo, a esperança de que um “mundo melhor é possível”, mais justo, mais humano e menos desigual

É com enorme prazer que escrevo umas breves palavras para o número do “Acção Socialista” que assinala a passagem do 42º aniversário do nosso Partido Socialista.

Quero, antes de mais, evocar a memória de todos os nossos Camaradas que já partiram e que tanto fizeram pelo nosso Partido e por Portugal.

É fundamental lembrar, nestes tempos tão sombrios, a fundação do Partido Socialista em 19 de abril de 1973 em Bad Münstereifel, que representava na altura uma esperança para a transformação do Portugal amordaçado numa democracia pluralista. E que o Partido Socialista representa hoje, de novo, a esperança de que um “mundo melhor é possível”, mais justo, mais humano e menos desigual.

Ora, o Partido Socialista que é o nosso, está muito em sintonia com o sentimento popular português. Na solidariedade com os mais pobres e os mais desfavorecidos. Na fraternidade entre os que se batem pelos mesmos valores e ideais, de justiça social e de desenvolvimento, nas causas generosas e nos valores do humanismo socialista que nos orientam. E de geração em geração nunca podemos esquecer de manter o orgulho de sermos socialistas. ■

PS 42 ANOS
LIBERDADE
IGUALDADE
FRATERNIDADE



BREVES

EMIGRAÇÃO CONTRARIAR SANGRIA DE JOVENS

É preciso contrariar “uma emigração maciça das economias do Sul em direção às poucas economias que estão a beneficiar ativamente com o funcionamento da moeda única”, defendeu o secretário-geral do PS no âmbito do fórum “Portugal tem Futuro”.

António Costa falava, em Lisboa, na sessão de encerramento de uma iniciativa da Juventude Socialista centrada em conhecer as motivações que tiveram jovens com diferentes experiências de vida para deixar o país e perceber o que é que os poderia fazer voltar, ocasião na qual defendeu que “a circulação de mão-de-obra [na União Europeia] tem de ser acompanhada também da criação de postos de trabalho e emprego”.

BES GOVERNO É PARTE DO PROBLEMA

O PS acusa o Governo e em particular a ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, e o vice-primeiro-ministro, Paulo Portas, de fugirem às responsabilidades no caso do BES. Pedro Nuno Santos, que coordena o Grupo Parlamentar do PS na comissão de inquérito ao caso BES/GES, considerou que a ministra das Finanças e o vice-primeiro-ministro são parte do problema. É por isso que o deputado socialista diz que não há heróis neste caso, não deixando de realçar que na comissão parlamentar de inquérito foi possível reunir consenso entre todos os partidos no apuramento de responsabilidades.

LISTA VIP NÚNCIO SEM CONDIÇÕES PARA CONTINUAR

O PS defende que Paulo Nuncio não tem condições para continuar a exercer o cargo de secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, na sequência da polémica sobre a lista VIP de contribuintes.

“Quando algo corre mal o Governo nunca sabe nada, não tem qualquer responsabilidade e é uma vítima nas mãos dos informáticos, das empresas, dos desempregados, dos funcionários públicos, do sistema, do povo, do passado... enfim... uma calamidade”, acusa a deputada Isabel Santos, considerando que “se [Paulo Nuncio] não autorizou, nunca autorizaria e é visceralmente contra, então foi desautorizado e desrespeitado, está ferido na autoridade do exercício das suas funções e não tem condições para continuar. Só lhe resta a demissão”.

MUNICÍPIOS VERDADEIRA REVISÃO DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS

“Temos de avançar para uma nova lei de atribuição e competências dos municípios que signifique uma verdadeira descentralização de poderes. Mas essa nova lei deve ser acompanhada por uma verdadeira revisão da Lei das Finanças Locais”, defendeu o presidente da Associação Nacional dos Autarcas Socialistas (ANA-PS), José Luís Carneiro, em Troia.

Durante o XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), que decorreu sob o lema “Afirmar Portugal com o Poder Local”, José Luis Carneiro acusou o Governo PSD-CDS de ser “aquele que mais atacou o poder local”. **MARY RODRIGUES**



TRÊS PERGUNTAS PORFÍRIO SILVA

SECRETÁRIO NACIONAL
PARA A COMUNICAÇÃO

Numa altura em que a mensagem é instantânea e se multiplicam as plataformas de comunicação, qual é a melhor forma de o PS fazer passar a sua mensagem?

O que vale a pena na política é sermos capazes de melhorar a vida das pessoas reais, resolvendo problemas concretos. Para fazer isso é preciso trazer à participação cidadã cada vez mais portuguesas e portugueses, envolvendo muitos na construção do programa eleitoral do PS. Mobilizar a cidadania para ajudar a desenhar a próxima governação socialista é a melhor maneira de passar a mensagem – e de, juntos, criarmos as energias necessárias.

Que contributo pode dar o PS para que a confiança e a credibilidade seja o valor mais importante na política?

É preciso romper com a prática de fazer promessas eleitorais irresponsáveis ou irrealistas. Temos de prometer só aquilo que podemos cumprir, como garantia de que honraremos a palavra dada, respeitando na governação o programa apresentado às eleições. É para isso que o PS está a estudar cuidadosamente os cená-

rios macroeconómicos que enquadram as oportunidades e os constrangimentos da governação nos próximos anos. Também aí, a orientação definida pelo nosso Secretário-geral, António Costa, é um contributo da maior importância para a qualidade da democracia.

O PS vai fazer 42 anos no próximo dia 19 de abril. Qual o principal legado do nosso partido?

O PS foi essencial na conquista e na consolidação da liberdade; ajudou a garantir que todas as correntes de opinião (de esquerda e de direita) têm lugar na democracia; deu contributos essenciais para a criação, ampliação e reforço de instrumentos do Estado Social, desde o Serviço Nacional de Saúde à Escola pública, passando pela Segurança Social e pela proteção social, sem esquecer a modernização do Estado na ótica das pessoas. Por tudo isso, o PS volta a ser necessário: travar o retrocesso social e voltar a mobilizar Portugal para um futuro de prosperidade partilhada. Quer dizer, partilhar o esforço com justiça, partilhar os ganhos com equidade. ■ **J.C.C.B.**



ACÇÃO SOCIALISTA DIGITAL DIÁRIO

www.accaosocialista.pt



LEIA E SUBSCREVA!